



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 19

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 29-09-2006

Aos vinte nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Vera Maria da Cruz Vieira, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Augusto Fontoura de Ataíde Guimarães, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, António de Bastos Marques Rodrigues, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António do Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, António Rocha Dias de Andrade (chegou às 21:45 horas e Marília Fernanda Correia Martins (chegou às 22:45 horas).

Nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Gilberto Jorge Tavares de Matos Ferreira, Paulo Jorge Barreto Marques Maia, Maria Teresa Fidélis da Silva e João Pedro Simões Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Joaquim Manuel Silva Marques, Vera Maria da Cruz Vieira, António de Bastos Marques Rodrigues e Diogo Manuel Santos Soares Machado, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva e José Carlos Carvalho Pedroso, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Manuel Carvalho Serra Granjeia e Jorge Manuel do Nascimento, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e António Augusto Fontoura de Ataíde Guimarães, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Empreitada de “Construção das infra-estruturas hidráulicas da Pista Olímpica de Remo e Canoagem do Rio Novo do Príncipe” – alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) em conformidade com o cronograma financeiro da empreitada;

Ponto 3. – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Derrama – fixação das taxas para 2007;

Ponto 4. – Acordo de parceria no âmbito do projecto “Criar Comunidades à Volta do Património – Viagem no Tempo” – discussão e votação;

Ponto 5. – Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro – Plataforma Multimodal de Cacia/Ramal ferroviário de acesso ao Porto de Aveiro e feixes ferroviários – declaração de utilidade pública municipal;

Ponto 6. - Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro – discussão e votação;

Ponto 7. - Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços não Urbanísticos do Município de Aveiro – alteração.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 15 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 16 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 17 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e cinco votos a favor e três abstenções.

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao líder da bancada do CDS/PP, para apresentar um Voto de Pesar.

(Deram entrada na sala os Vogais António Mário da Fonseca Neto e Joaquim Manuel Silva Marques)

Vogal Santos Costa (CDS/PP): ⁰³

“Muito obrigado, Senhora Presidente.

Faleceu no dia 25 de Agosto, próximo passado, o Sr. Manuel Arede de Jesus, com 79 anos de idade, na altura, Presidente da Junta de Freguesia de Nariz e membro desta Assembleia Municipal.

Natural da dita freguesia, ali permaneceu até aos seis anos de idade. E, com essa idade, foi trabalhar para o Alentejo, numa fábrica onde o Pai era encarregado.

Tendo focado órfão aos quinze anos, foi convidado pelos patrões para trabalhar na fábrica de Lisboa, onde chegou a Encarregado Geral.

Aos vinte e quatro anos emigrou para Angola, onde exerceu várias actividades, tendo atingido notoriedade como industrial do ensino de condução, criando uma rede de escolas com representação efectiva em todas as cidades de Angola.

Regressa a Portugal quando acontece a independência de Angola. Foi membro fundador e presidente efectivo da comissão nacional, perante o Governo, para obtenção de alvarás de escolas de condução, táxis e camionagem. Foi também membro da comissão dos desalojados das ex-colónias, ajudando centenas de retornados na resolução de muitos e muitos problemas, que se prendiam com a nova situação.

Foi fundador, sócio gerente e director técnico das escolas de condução Santa Joana, em Aveiro; Auto-instrutora em Ílhavo; Rainha Santa em Coimbra e Aurora em São Romão, Seia.

Homem de trato afável, amigo do seu amigo e sobretudo Homem de entrega ao próximo.

Manuel Arede de Jesus, desempenhou durante vinte e seis anos funções autárquicas na freguesia de Nariz, tendo sido eleito em exercício as funções de Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia de Nariz, de 18 de Janeiro de 1980 a 21 de Janeiro de 1983.

No mandato seguinte, mais precisamente a partir de 21 de Janeiro de 1983 e até 6 de Janeiro de 1986, foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Nariz.

A partir daí, e durante estes últimos 20 anos, foi Presidente da Junta de Freguesia de Nariz e por inerência membro desta Assembleia Municipal — tendo ganho todas as eleições com maiorias absolutas.

Este Homem, que foi nosso amigo, corporizou a missão de autarca, pela sua capacidade de conciliação, pela entrega aos outros e pela sua total disponibilidade para com estes.

Permitam-nos a ousadia de referenciar um singelo testemunho, entre muitos outros que aconteciam todos os dias: após ter conseguido (e depois de muita luta) a implementação em Nariz da Unidade de Cuidados de Saúde (preventiva e curativa), foi ele que durante 18 anos abria o Posto Médico pelas 6 horas da manhã (repito, 6 horas da manhã) para que os utentes não ficassem sujeitos às condições climáticas enquanto o Médico não chegava.

Como Homem e Autarca do Poder Local, conseguiu o respeito e a simpatia de todos nós e de muitos outros. Ele foi um grande lutador pelo desenvolvimento da sua freguesia e um Aveirense, também de excepção, que acabou por ser galaradoado no Dia da Cidade em 2005 com a Medalha de Mérito Municipal em Prata.

A sua imagem de voluntarismo, dedicação e trabalho perpetuar-se-á em Nariz e em Aveiro.

Os deputados municipais do CDS propõem: que a Assembleia Municipal de Aveiro, hoje reunida, delibere:

1 – Aprovar este Voto de Pesar, pela partida do nosso colega e amigo Manuel Arede de Jesus;

2 – Um minuto de silêncio;

3 – Manifestar à família as mais sentidas condolências pelo seu falecimento;

A Bancada do CDS/PP.”

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD): ⁰⁵

“Senhora Presidente Srs. Deputados, logicamente que é com mágoa que nos associamos a este Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Arede de Jesus. Uma pessoa que todos nós os aveirenses e esta assembleia, enquanto membro da mesma na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nariz, se habituou a ver no Senhor Arede. Um Homem de delicadeza extrema, um homem dedicado à causa pública à sua terra e às suas gentes. Um Homem dialogante que procurava sempre o consenso e a forma de superar os problemas que na vida autárquica se punham. Um Homem permanentemente preocupado com a sua terra e dos seus

conterrâneos, mas sempre também disponível e solidário para que se encontrassem pontos de encontro e de consenso para que se encontrassem soluções com os seus colegas Presidentes de Junta para bem das populações de Aveiro. Entende o Partido Social-Democrata, que Aveiro que Nariz está mais pobre, por tudo o que já foi dito, mas essencialmente porque perdemos um Homem bom, nobre e amigo.

O Partido Social-Democrata manifesta pois a homenagem ao Senhor Arede, curva-se perante a sua memória e perante a sua vida devotada às gentes de Nariz e apresenta à sua família o nosso sentir magoado pela sua morte.”

Vogal João Barbosa (PS):⁰⁸

“Senhora Presidente, Srs. Deputados, coube-me a mim falar pela bancada do Partido Socialista dizer algumas coisas sobre o nosso grande amigo, sobre o grande homem, sobre o grande Presidente de Junta que foi Manuel Arede.

É tão fácil falar do Senhor Arede, mas é tão difícil falar do Senhor Arede!

Faz mais ou menos treze anos que conheci o Senhor Arede na bancada da Assembleia Municipal. Desde aí criamos uma amizade, desde aí o Senhor Arede foi para mim um exemplo de Homem, um exemplo de Presidente de Junta. E se há democratas neste país o Senhor Arede foi exemplo de um grande democrata.

Era um Homem que só lhe conhecíamos virtudes; era um Homem que faria o bem sem nada querer em troca; era um Homem que ajudava todos os Presidentes de Junta; era um Homem que ajudava a Câmara. Poderei dizer que é uma perda irreparável para este concelho. Difícilmente se encontrará um Homem da qualidade do Senhor Arede.

Apresentamos as nossas sentidas condolências à família. E pedia aqui ao Senhor Presidente da Câmara que, quando tivesse possibilidades e houvesse oportunidade, pedia-lhe que em Nariz o nome do Senhor Arede fosse perpetuado logo que houvesse possibilidades. Obrigado.”

Vogal António Regala (PCP):⁰¹⁰

“Muito Obrigado. Eu para falar do Senhor Arede com certeza precisaria de ter um conhecimento profundo, mas penso que não é necessário. Eu conheci o Senhor Arede há relativamente poucos anos. Lembro-me que foi num dia 12 de Maio, Dia da Cidade, que conheci o Senhor Arede e a esposa e tive uma conversa bem longa porque o sítio onde nos encontrávamos propiciava a isso.

O Senhor Arede era uma pessoa que cativava simpatia. Criou-se uma conversa bastante agradável e logo a partir daí deu a que em situações futuras tivéssemos outras conversas. Aprendi com o Senhor Arede uma coisa que não é nova, mas que é extraordinariamente importante: quanto mais simples se é mais fácil se chega àquilo que se pretende chegar.

O Senhor Arede era um Homem simples – foi sempre essa a ideia que tive. E com a sua simplicidade ele conseguia impor as suas ideias, as ideias da sua terra Nariz, e por Aveiro. Ainda me lembro da última sessão em que o Senhor Arede esteve nesta sessão. Já bastante doente (foi há cerca de quatro meses), em que fez questão de vir a esta assembleia dar-nos aqui a sua certeza de que de facto nós estamos aqui a viver Aveiro e a viver por Aveiro — que foi o que fez o Senhor Arede enquanto autarca.

Por último quero endereçar à família os pêsames do meu Partido, aqui publicamente, na Assembleia Municipal.”

Vogal Jorge Afonso (BE):⁰¹²

“Com o devido respeito, vou prescindir da palavra. Quero no entanto endereçar os pêsames à família e ao Grupo Municipal do CDS/PP. Muito Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: ⁰¹⁴

“Embora o Executivo municipal já tenha tomado na altura e no momento próprio uma posição em relação a esta assunto, parece-nos que neste momento em que estamos perante o órgão máximo deste concelho, temos o dever de fazer uma declaração. Declaração que no essencial sintetiza que o que foi o fundamento do Voto de Pesar que o município aprovou já oportunamente.

Manuel Arede prestigiou a função autárquica ao longo de mais de duas décadas. Serviu todo esse tempo a freguesia de Nariz o que significa que serviu Aveiro. Fê-lo sempre de uma forma dialogante, generosa e leal. Manuel Arede tinha alma de autarca. Uma alma que alumia as outras. Possuía vontade e o rasgo na acção política e como sabia para onde ia conseguiu chegar onde desejou realizando um considerável número de obras e benfeitorias públicas em Nariz.

A memória de Manuel Arede habitará connosco nas recordações dos que tiveram privilégio de com ele conviver, nas palavras que sobre a sua vida se dirão, na obra que deixou feita. A sua imagem de voluntarismo, de dedicação, e de trabalho perpetuar-se-ão em Nariz e em Aveiro. E temos a convicção de que todos aveirenses também não esquecerão o homem excepcional que era. É nosso ensejo que o seu legado humano e político seja homenageado e alcance perenidade e presença pública com a atribuição do nome a uma artéria do concelho de Aveiro, conforme deliberação de Câmara já produzida a esse propósito.

Aveiro jamais esquecerá Manuel Arede.”

Concluídas as intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Pesar, pelo falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Nariz, Manuel Arede de Jesus, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ⁰¹⁵

De seguida, a Assembleia Municipal de Aveiro, guardou um minuto de silêncio em memória de Manuel Arede de Jesus.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se para usar da palavra os munícipes:

Jorge Manuel Rodrigues Cardoso Leitão⁰¹⁶ e António Rodrigues de Sousa⁰¹⁸, moradores no Cabo Luís–Esgueira, que intervieram sobre a alteração de trânsito levada e efeito pela Câmara Municipal naquela zona e que prejudica os acessos da maioria dos moradores.

(Deu entrada na sala o vogal João António Fernandes Pedroso)

Usou da palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos atinentes.

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara: ⁰²¹

“Senhora Presidente, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Queria agradecer os contributos que o Sr. Jorge Leitão e António Sousa aqui nos transmitiram — e nós vamos estar atentos às questões que aqui levantaram, que para nós não são novas e também nos preocupam. Claro que gostaria de dizer que a solução que foi encontrada não foi uma solução implementada unicamente pela câmara municipal. Foi conversada com a autarquia e foi naquele sentido encontrada aquela solução.

Nós entendemos que as coisas não estão bem e é importante fazer-se um levantamento de toda a situação. Hoje procurei informar-me sobre esta situação e aquilo que vos posso dizer é o seguinte: creio que há uma solução nova a implementar que será o trânsito nos dois sentidos na rua da Bela Vista. Creio que há quinze dias atrás já foi implementado um sentido único no Cabo Luís, na direcção de Águeda. E na rua de São Bartolomeu é neste momento também uma rua de sentido único. Esta solução que foi encontrada, todos os dados que eu tenho dizem-me que o grande problema é na rua de São Bartolomeu.

Queria dizer-vos que temos uma empreitada prevista para reposição do piso na rua, o volume da empreitada é um pouco alto, mas nós na próxima semana vamos acertar situações nesta rua. Registei as questões que foram levantadas: num quilometro trinta e cinco sinais! Aquela zona não é uma zona fácil, tem de se fazer um levantamento muito sério de toda a situação porque é uma zona complicada. Eu creio que era importante uma comissão dos senhores com a Junta de Freguesia e o Pelouro do Trânsito agarrarem-se a isto e encontrarem a melhor solução possível.

Foi aqui levantada a questão do senhor que tem que meter o carro na garagem. Eu creio que este vai ser um problema complicado de se resolver. Eu estive a ver imagens desta garagem, na rua que é não vai ser fácil resolver, é uma entrada complicada pelo que vi. Mas que fique claro que é sempre tempo de rever as situações e repor as situações dentro dos possíveis com o agrado das pessoas.

Foi aqui perguntado o que é que motivou as alterações de trânsito? A informação que me foi transmitida foi de que foram questões de segurança. Portanto que fique claro o seguinte: a pior destas três ruas, a rua de São Bartolomeu, nós na próxima semana vamos atacar e corrigir algumas situações. Nós não vamos arrancar já com a empreitada. A empreitada prevista para aqui é vultuosa, vamos fazê-la logo que possível, mas vamos por este pavimento o mais correcto possível.

Portanto, estamos dispostos, não queremos impor situação nenhuma, eu creio que é importante estudar isto e encontrar a melhor solução. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰²⁵

A

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) ⁰²⁶

Vogal António Regala (PCP) ⁰²⁹

Vogal Romana Fragateiro (PS) ⁰³⁰

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰³²

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) ⁰³⁴

Vogal Romana Fragateiro (PS) ⁰³⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁸

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁴⁰

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) ⁰⁴²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: ⁰⁴⁴

“Muito obrigado. Saudar os munícipes que aqui estão, que aqui vieram colocar este problema. Devo informar (tenho esse dever) de que hoje ao início da manhã o Dr. Miguel Capão Filipe me contactou que por compromissos já assumidos, só poderia estar hoje na Assembleia a partir das 23 horas. Portanto ainda hoje talvez tenhamos a oportunidade de falar com o Dr. Miguel. Estamos perante um problema levantado pelas pessoas e perante um problema que surge o que devemos fazer é enfrentá-lo. Há da nossa parte abertura para resolvê-lo. Da nossa parte estamos disponíveis para dialogar e para encontrar a solução. Parece-me que aquele contacto que houve já do nosso Vereador com a Sr.ª Presidente de Junta, marcando para 3.ª feira uma

reunião no local, indicia mesmo isto. Indicia por um lado abertura, por outro lado vontade de resolver o problema. De forma sucinta é só.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁸

“Obrigado Sr.ª Presidente. Começo por chamar à atenção. Estão a ouvir este barulho de uma aparelhagem sonora? É assim! Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, recebemos ontem o projecto de Regulamento do Horário de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda a Público!

Neste curto espaço de tempo, debruçamo-nos principalmente no Grupo IV, alteração ao alargamento do Horário de Bares.

Como ainda não está em discussão, aproveito para fazer alguns alertas. Os bares na zona da Beira-mar, estão localizados numa zona habitacional e que constantemente tem sido uma zona de conflito nocturno, devido à insegurança aos ruídos exagerados e ao vandalismo.

Pelo que sabemos este Regulamento foi feito baseado num estudo encomendado pela Câmara há bem poucos meses! Este estudo deixa-nos muitas dúvidas e reservas sobre a fiabilidade.

Na metodologia expõe o cruzamento de dados de diversas entidades!? Achamos estranho que para estes dados não fossem ouvidos a Junta de Freguesia da Vera Cruz, os Bombeiros, e moradores. A encomenda foi bem feita — ouviram os estabelecimentos de restauração!

Temos conhecimento que a Associação Comercial fez um inquérito na zona aos seus associados e que a opinião generalizada é de “ruídos exagerados e a imagem e limpeza da zona (Praça do Peixe) não é muito abonatória”.

Sobre a mediação dos ruídos, o medidor que registou os decibéis devia estar surdo!... Vejam só a conclusão dos técnicos: na zona da Beira-mar, na zona dos Bares, a maior causa de ruídos não são as pessoas nem a música dos bares, são os veículos automóveis... Fantástico, numa zona onde os automóveis não circulam (Praça do Peixe, Cais dos Botirões, Travessa de São Gonçalinho, etc.). E, para conclusão do estudo, só vivem nesta área aproximadamente 850 pessoas!?

Admiro-os por serem tão bem mandados e tão ingénuos.

Tomem nota: os sinos da Igreja da Vera Cruz foram mandados calar por uma providência cautelar imposta por dois moradores...

Podemos dizer que o que está em causa é a manutenção da ordem, da tranquilidade e segurança pública exigida pelo direito dos residentes através de reclamações constantes.

O que tem feito a Câmara para que isto seja conseguido? Provoca o contrário. Veja-se, nem sequer tem força para obrigar à legalidade, a quem está ilegal. Há bares abertos sem estarem licenciados!? Não tem força, nem moral, para acabar com uma esplanada ilegal que está instalada em pleno meio da rua.

A Câmara de Viana do Castelo, conforme deliberação que posso mostrar, só dão licença depois de verificados todos os requisitos legais. Depois e numa situação diferente à de Aveiro, diminuiu o horário dos bares, numa rua, justificando da seguinte maneira: “o que aqui está em causa são questões de qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente e mais precisamente, no direito ao descanso nocturno dos moradores daquela rua e das ruas limítrofes”.

Logo a seguir (para a Câmara Municipal de Viana do Castelo) é mais importante a qualidade de vida dos cidadãos do que o interesse económico dos bares – isto está escrito.

Podia trazer à evidência outras Câmaras, Braga, Porto, etc. A maior parte das autarquias, dentro das suas competências, preocupam-se com a qualidade de vida dos seus residentes. A Câmara de Aveiro preocupa-se com a importância económica da comercialização de bebidas alcoólicas. Isto é o que vem na informação.

Ainda ontem, em plena Praça, estava uma máquina de cerveja a promover finos, 10 finos 5 euros!?

Meus amigos, isto é promoção de bebidas alcoólicas. Cuidado... não cometam erros exagerados por teimosia de olhos fechados. Já temos exemplo da providência cautelosa na zona. Senhor Presidente da Câmara, só aprovaremos este Regulamento se tivermos garantias de que estão salvaguardadas a qualidade de vida dos residentes.

Todos sabemos que isto é um problema de segurança, numa zona problemática. Vou tentar dar mais uma ajuda. Vou entregar ao Senhor Presidente da Câmara um estudo feito por uma empresa de segurança privada para a segurança e protecção da zona. Espero que o estudem, pois pode ser adquirida em parceria com todos os interessados.”

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰⁴⁹

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵⁰

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵¹

“Muito Obrigado, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Executivo, Senhores deputados. Para este período antes da ordem do dia, impõe-se que sejam relevadas questões de importância para o concelho. Das muitas matérias que seria possível e necessário evidenciar, escolhi apenas uma que, para o momento, considero ser de importância maior.

Vou pois aqui ao documento emitido pela Inspeção-Geral de Finanças, ainda sob a forma de Projecto de Relatório, referido Auditoria designada de “Controlo das Autarquias numa lógica de grupo”

Esta Auditoria tem um objectivo geral: a análise da situação financeira do triénio de 2003 a 2005, versando, por conseguinte, sobre um período sob a gestão e responsabilidade socialista. Cabe recordar que nesse período havia uma maioria socialista nesta Assembleia Municipal. Maioria essa que permitiu e apoiou, inequivocamente, as opções de gestão daquele executivo municipal. Encabeçava esta Assembleia o Ilustre Deputado Dr. Carlos Candal.

Nesse mesmo período fazia também parte da bancada de maioria socialista um elemento destacado e de referência em matéria de contas e números, o não menos ilustre Dr. Raúl Martins (agora liderando o PS Local) o qual, no seu mais alto nível de entendimento e proficiência sobre estas matérias sempre deu carta branca ao seu executivo e, portanto, pactuou, percorrendo sob a forma de seguidismo, o rumo traçado pelo timoneiro Dr. Alberto Souto. Rumo ao abismo!

O documento de auditoria é produzido pela Inspeção-Geral de Finanças, entidade a quem os cidadãos, todos nós, reconhecem rigor, pelo que nos escusamos a tecer qualquer consideração sobre as metodologias de análise e interpretação dos dados.

O relatório apresentado pelos inspectores é bastante claro e objectivo, transporta-nos, ultrapassando para uma análise eminentemente técnica, para uma série de conclusões bem destacadas em caixilhos e letra bold.

Assim, este documento torna-se excelso e facilitador para pessoas que, como eu, nestas matérias, têm um nível de intelectualidade mediano e que se desenrascam com contas simples.

O documento mais parece um bom catálogo representativo de uma exposição de arte contemporânea. O artista (IGF) aludiu ao tema: “A estética da ruína financeira de um executivo socialista em Aveiro, cujas obras se desenrolaram no período 2003/2005.”

Não importará muito saber que técnica e materiais o artista IGF adoptou para exprimir, na tela, o seu sentimento. O artista é conceituado ninguém o nega.

A obra representa exemplarmente o retrato evolutivo, catastrófico, das finanças locais em que os socialistas se empenharam.

Para os agora espectadores socialistas, a obra apresentada pelos auditores não deveria ter sido tão realista. Deveria, porventura, ter sido mais abstraccionista. Assim, poderiam dizer que todos nós seríamos intelectualmente incapazes de perceber por não veicularmos sapiência para descodificar os códigos linguísticos de tal “arte”.

Para os comuns mortais, que observam o conteúdo dentro dos caixilhos que o artista fez questão de evidenciar, vemos o retrato fiel de uma realidade desastrosa e evidente, no período em alusão.

As referências realistas a ilegalidades e à falta de jeito para gerir a coisa pública é de tal modo evidente que, efectivamente, mais parece que o artista pretendia demonstrar que, a distância entre o realismo e o surrealismo, por vezes não existe. E demonstrou: esta realidade das finanças da autarquia, no período em causa, é de tal forma dramática que mais parece (gostávamos nós que fosse) surreal.

Não pretendemos interpretar os dados, sob pena de nos dizerem que estamos a manipulá-los.

Então vou simplesmente confrontar o Partido Socialista com excertos (porque não há tempo para fazer a leitura integral do texto) a que os auditores da IGF deram destaque e, assim, solicito que sobre os mesmos explicassem aos Aveirenses, de forma categórica, o que significam. Haja coragem.

Passo a enunciar duas ou três questões do relatório do IGF.

«face ao referido nos dois itens anteriores, pode afirmar-se que o comportamento do município de Aveiro nos anos de 2004 e 2005, em termos de cumprimento dos respectivos regimes especiais de endividamento foi muito negativo, pois violou de forma sistemática, quer no que respeita à vertente empréstimos de longo prazo, quer em termos de endividamento líquido.»

Outra citação:

«do conteúdo dos antecedentes do quadro, resulta a violação pelo município de Aveiro nos anos de 2004 e 2005, do limite de endividamento líquido legalmente consagrado.»

É um enunciar exaustivo de legalidades. Outra citação:

«o comportamento da gestão municipal nesta sede ao longo dos últimos anos, condiciona fortemente a actividade financeira do município nos anos mais próximos e deste modo o desenvolvimento das suas atribuições, podendo mesmo caso se mantenha, gerar consequências negativas ou comprometer a sustentabilidade financeira futura do município de Aveiro.»

Vou parar as citações, mas se desfolhasse qualquer página, é um tiro no porta-aviões.

Para terminar, tenho a referir:

O Sr. Presidente da Comissão Política do PS de Aveiro, deputado Raúl Martins, andou nos últimos dias demasiado nervoso, com uma comichão política (talvez o Dr. Capão Filipe nos possa ajudar), por que partes do relatório (descrições simples) estavam a ser divulgadas ao cidadão. Tentou passar lápis azul sobre a informação que vinha a público, tentou branquear, tentou o ilusionismo, mas Sr. Deputado o algodão não engana e os números e conclusões sobre os mesmos, os cidadãos sabem interpretar mesmo que não sejam entendidos na matéria. Os cidadãos de Aveiro deram nas últimas eleições autárquicas cartão vermelho directo às vossas políticas despesistas e exuberantes, inibindo-vos de jogar. Com o rumo que traçaram, agora, bem à vista de todos, com o relatório da IGF (se dívidas haviam), sujeitam-se a ficar muitos jogos fora de campo.

É que não basta trazer as botas bem polidas e dizer que são os únicos que sabem jogar. Os aveirenses estão fartos do vosso abrir de asas de pavão.

Digníssimos Deputados da Bancada Socialista, um simples merceeiro de bairro, um simples chefe de família vos teria melhor conduzido e nos teriam livrado deste caos financeiro —

porque saberiam o que é a aritmética simples. Receitas e despesas equilibradas. Nenhum pai de família teria a ousadia de hipotecar o futuro dos seus filhos e netos.

Estamos certos e com muita confiança que este executivo liderado Dr. Élio Maia, saberá corresponder cabalmente aos anseios dos cidadãos de Aveiro e, paulatinamente, tirar-nos deste lodo financeiro. Sabemos bem que não tem olhado a esforços, sabemos bem que está a trabalhar desenfreadamente num rumo bem determinado que culminará no sucesso desse intento, poupando-nos, como é já de seu timbre, ao show publicitário e a grandes exuberâncias que os socialistas tanto apreciam.

Dr. Élio Maia, reiteramos aqui e agora, uma vez mais, a nossa confiança e apoio. O sucesso deste executivo significará a dignificação de Aveiro e dos Aveirenses. Tenho dito.»

Vogal Carlos Candal (PS): ⁰⁵³

“Interpelação à Mesa. V. Exa. é muito ciosa do Regimento (do antigo e certamente do que virá). O Regimento diz que antes da ordem do dia são intervenções sobre qualquer assunto, na medida em que a sua abordagem não tenha cabimento no período da ordem do dia. No período da ordem do dia consta o relatório do presidente, onde este tema é abordado.

Não vou fazer muito sublinhado disso, mas é só para informar o senhor deputado que se referiu num equívoco directamente a mim. Bem...quando se discutir a Comunicação eu abordarei esta temática para lhe dar algumas respostas e mostrar o sem cabimento de algumas afirmações que fez. Muito Obrigado.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁵

“Obrigado Sra. Presidente. Para me referir aqui a quatro questões, não me referindo a esta que foi abordada agora, porque me guardaria para a Comunicação do Sr. Presidente.

As questões têm a ver uma com a apresentação de um a Moção que a Mesa tem conhecimento sobre a famigerada Lei das Finanças Locais e que devido ao reduzido tempo me escuso a lê-la. Mas como terá de ser lida, na apresentação a esta Assembleia, só diria que as preocupações que esta lei de finanças locais tem inseridas nela própria são de tal maneira gravosas do modo de funcionamento e limitativas desse mesmo modo de funcionamento das autarquias que não podemos de maneira nenhuma ficar indiferentes aos perigos que podem advir de uma situação de aprovação do que actualmente está proposto.

Depois, e porque de outra Moção se trata, que tem a ver exactamente com o actual sistema público de segurança social e dos perigos que corre exactamente nos dias de hoje. Também me escuso a lê-la porque também vai ser lida, mas no entanto relembro que esta situação advém dos ataques que ocorrem à nossa segurança social. Ataques contrários ao que está inscrito na própria Constituição da República e que portanto merecem a nossa atenção e nos causam sérias preocupações no seguimento da defesa dos cidadãos e da segurança social onde os mesmos estão inscritos.

A seguir colocar duas questões muito rápidas, de carácter local. A primeira tem a ver com o funcionamento da GAMA. Não sei o que é que acontece!? A GAMA tem inclusive uma Assembleia, onde está o meu camarada António Salavessa, que de facto já não é membro desta Assembleia Municipal. É uma situação que se arrasta há muito tempo e para o qual não se encontra resposta. Gostava de ter uma informação sobre essa questão.

Por último, gostava de aqui louvar uma iniciativa que saiu num jornal aqui da cidade. O Diário de Aveiro tem publicado umas reportagens interessantes tituladas “quem lê sabe mais”. Eu acho que nós aveirenses e fundamentalmente o Executivo autárquico de Aveiro devia ler com muita atenção o que lá tem vindo escrito. É interessante verificar as tantas carências das

nossas freguesias e com certeza encontrar o que é necessário fazer — e que muitas vezes se vai esquecendo de fazer nas nossas freguesias.

Ligado a isto, também lembrar o estado caótico em que se encontram a maior parte dos passeios na cidade. Lembrando só a lama existente nos passeios quando chove junto ao Hospital. O acesso daquele parque de estacionamento em frente à Escola de Saúde e do Hospital está num estado degradante e cheios de lama quando chove.

Depois aquele “terreiro” em frente ao café Gato Preto que nunca mais é arranjado. Temos ali também um terreiro de lama, não sei se é para parar as excursões ou para que é aquilo — nunca mais tem empedrado e nunca mais dão solução àquela questão. Muito Obrigado.”

Presidente da Mesa: ⁰⁵⁶

“A Mesa tem já os textos das Moções e foram também entregues cópias ao líderes dos grupos municipais. A Mesa decidiu que as Moções serão lidas e debatidas e votadas na continuação desta reunião, que ocorrerá na próxima segunda-feira. Isto por razões de eficiência e eficácia dos nossos trabalhos. Os senhores líderes terão tempo de ler as Moções e terão tempo de se pronunciar sobre elas já devidamente esclarecidos do seu conteúdo...”

Vogal Carlos Candal (PS): ⁰⁵⁷

“Eu reservo-me para essa altura para tecer algumas considerações sobre esta maneira enviesada de fazer política. Só agora é que li as Moções e não sei se a Mesa já deliberou admiti-las ou não? Penso que estas Moções são inaceitáveis pela Mesa, mas fica para a próxima, como ainda não deliberou nada. Recebeu-as, estão recebidas!”

Presidente da Mesa: ⁰⁵⁷

“Exactamente, Senhor deputado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁸

“Muito obrigado. Senhora Presidente, Senhores deputados, Digníssima Câmara, eu hoje queria basicamente dirigir-me à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Que sei que é uma pessoa muito ocupada e, francamente, não sei se os seus múltiplos afazeres lhe tem permitido tomar cabal conhecimento do que se tem passado cá pelo cidade, mas as coisas estão a tomar um rumo e uma dimensão que justificam, no meu entender, a sua urgente intervenção.

Não vou repetir o que já escrevi nos jornais, mas relembro que recentemente, numa data que não consigo precisar, foi remetida à Câmara (e também ao Dr. Alberto Souto, tanto quanto sei) o relatório preliminar da auditoria que a IGF está a fazer à situação financeira do município de Aveiro no triénio 2003/2005.

Esse relatório que mais tarde havia de ser distribuído pela câmara aos representantes dos Partidos Políticos com assento nesta Assembleia, aponta para valores da dívida (ainda que provisórios) muito inferiores aos que vinham sendo publicamente propalados e aqui nos foram em tempo oportuno apresentados por este Executivo, mais precisamente, aponta para o valor de cerca de 142 milhões de euros para o total da dívida da Câmara e de 156 milhões para o total da dívida do grupo municipal que inclui, para além da Câmara, os SMAS e as Empresas Municipais — já contando com a dívida gerada nos últimos 3 meses do ano pelo actual Executivo.

Gostaria de lembrar que ainda há pouco tempo os Senhores apresentaram aqui há pouco tempo 180 milhões de euros, em papel distribuído nesta Assembleia.

O conhecimento destes montantes que, como sempre o afirmei, sendo preocupantes não são trágicos mas obrigam à necessidade de medidas correctoras, fez com que este Executivo entrasse em pânico, pois estes valores vinham liquidar o estafado álibi que vêm a utilizar para

nada fazerem. O álibi de que estão de pés e mãos atados por uma dívida calamitosa muito acima do valores esperados. Valores esses que tinham explorado até à exaustão na campanha eleitoral e que foram determinantes na eleição do Dr. Élio Maia e que ele em plena campanha eleitoral, consciente dos conhecidos constrangimentos financeiros que julgava superiores, achava que lhe permitia apresentar um ambicioso plano para Aveiro.

Aflitos pelo facto, por ignorância ou má-fé e no intuito de baralhar os aveirenses, deixaram escapar para a imprensa que o valor da dívida era de 227 milhões de euros — e agora, que toda a gente já compreendeu que esse valor não é o valor da dívida mas o valor nesse documento apontado para o passivo, procuram continuar a mistificação, tentando dizer que o passivo e dívida são a mesma coisa.

E como quem agora vem fazer a despesa desse discurso é o nosso colega desta Assembleia e Secretário da Mesa, Manuel Prior Moço, e essas declarações cobrem os aveirenses e particularmente os membros desta Assembleia de ridículo, eu ia permitir-me pedir à Senhora Presidente que, embora também não perceba desta matéria, mas que é uma pessoa inteligente, tentasse com o exemplo simples que lhe vou dar, explicar ao seu Secretário o que de acordo com o POCAL é dívida (é tudo aquilo que se deve a curto, médio e longo prazo) e o que é passivo (soma da dívida com os acréscimos e deferimentos), de forma a que ele não continue a fazer afirmações que a todos nos envergonham.

Tentando simplificar ao mínimo o exemplo, para que como no caso convém para que seja apreensível por V. Exas., suponhamos que, uma vez terminada uma determinada obra se conclui que somou a quantia de 20 milhões de euros e que o pagamento da obra foi feito através de um subsídio estatal não reembolsável de 60% (12 milhões de euros) e que a Câmara ficou devedora dos restantes 8 milhões (à banca ao empreiteiro). Toda a gente percebe que deste activo de 12 milhões euros que foi criado resultou uma dívida de 8 milhões euros. No entanto, como o subsídio estatal é contabilizado na rubrica “acréscimos e deferimentos” o passivo resultante soma 20 milhões de euros (soma da dívida de 8 milhões mais 12 milhões do subsídio) E até pode acontecer (porque seria excelente para todas as Câmaras) que toda a obra fosse totalmente paga com subvenções ou subsídios a dívida resultante seria zero, mas o passivo seria do valor de 20 milhões. É caso para dizer neste caso; abençoados “passivos”.

E mais, que em principio quanto maior for a diferença entre um determinado passivo e a dívida encontrada no balanço de uma Câmara, maior foi a eficiência do seu Executivo em captar subsídios para as obras que realizou e que algumas só eram possíveis de realizar naquela altura.

É claro que isto pode parecer paradoxal, mas é assim. Como o Dr. Pedro Ferreira poderá talvez melhor do que eu explicar, o nosso POCAL bebeu a influência do POC e, assim, determina, a meu ver mal, pois melhor seria que como acontece com os nossos vizinhos estas verbas fossem contabilizadas como capital próprio, o que melhoraria de forma apreciável os rácios, nomeadamente os de solvabilidade das organizações. Não se esqueçam que assim contam como passivo e no outro caso o passivo seria diminuído de todos os subsídios recebidos. E não são aqueles que estão no Balanço, porque aqueles que estão no Balanço já são os saldos dos subsídios recebidos menos as amortizações que entretanto foram levados a lucro dos sucessivos exercícios — é ou não assim, Dr. Pedro Ferreira? Vá lá que temos ao menos uma pessoa que sabe disto! É que me põem engenheiros técnicos agrários, enfermeiros e agora arquitectos a falarem destas coisas... Eu tenho toda a consideração política pelas pessoas, mas técnica não.

E neste particular, por que às vezes em Lisboa não conhecem destas coisas, até parece que gostamos de dar tiros nos pés... (ouvem-se vozes do plenário). Eu repito para o Senhor aprender, porque aos anos que o Senhor anda aqui e o Senhor não aprende. Até parece que gostamos de dar tiros nos pés, pois a obtenção de determinados subsídios, nomeadamente comunitários, está dependente do facto das organizações que os solicitam cumprirem

determinados rácios. Uma organização portuguesa pode ver-se arredada da obtenção de subsídios puramente pelo critério da escrituração contabilística, enquanto uma congénere espanhola ou francesa, exactamente igual e com o mesmo histórico tem condições para os obter.

Espero que com este exemplo simples o Senhor Secretário deixe de dizer aquilo que vem dizendo. E diga-lhe por favor Senhora Presidente, que quem tem um passivo muito elevado nem sempre é mau. O problema não reside no passivo, o problema reside no montante da dívida e particularmente a dívida de curto prazo. É que eu já não aguento (desculpem lá), já não aguento mais os comentários irónicos de todos os meus colegas que erradamente julgam que em Aveiro todos somos iguais no conhecimento destas matérias.

E já agora Senhora Presidente, peço-lhe para transmitir isso ao Dr. Élio Maia que a todos os Aveirenses representa, parecendo que não quer ficar atrás do Senhor Manuel Prior e fazer fé no que a imprensa noticia, afirmou ontem (ouçam esta pérola de linguagem): “que o passivo da tesouraria municipal atinge os 225 milhões de euros, no mínimo.” Para que ele não repita essa interessante mas caricata afirmação — a menos que esteja a tentar reescrever uma nova teoria da Contabilidade. Aliás, o Senhor Presidente prometeu vir aqui dizer isso outra vez! E como todos nós gostamos de um momento de humor nesta Assembleia, eu exorto para que o faça — e eu sei que ele é um homem de palavra e cumpre as suas promessas...

Presidente da Mesa: ⁰⁵⁸

“Queira concluir Senhor deputado.”

Vogal Raúl Martins (PS): ⁰⁵⁸

“Vou terminar, Senhora Presidente. Penhoradamente agradeço a sua intervenção Senhora Presidente. Creia que lhe fico profundamente grato e prometo até que, enquanto me lembrar desta gentileza, não lhe colocarei questões delicadas como a leitura da correspondência recebida, como fiz na recente reunião extraordinária.

Uma palavra especial para terminar ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º Carlos Santos, que parece estar muito zangado comigo — não esteja Sr. Engenheiro, não vale a pena. Em primeiro lugar porque me parece não tê-lo ofendido e em segundo lugar porque se se sentiu ofendido na sua dignidade ou honra pessoal lhe peço públicas desculpas. E olhe que não lhe chamei ignaro. O que eu afirmei é que tinha feito considerando ignaros o que como sabe não e apenas feudo dos ignorantes, pois conheço muita gente inteligente que os faz.

E se levou a mal eu achar que tem uma pose de Calimero (figura com que eu aliás particularmente simpatizo) recomendo-lhe que comece a encarar os problemas da Câmara de frente, apresentando e implementando soluções e deixe-se de lamentar da dívida (que a seu ver é de 250 milhões de euros, a gente sabe). Arrebite, vá lá. A menos que agora ache que o problema não tem solução. A menos que não tenha ideias para a resolução dos problemas. Porque se assim for temos de considerar que esta Câmara, pelo menos pela parte que lhe toca, está politicamente falida.

E já agora Sr. Engenheiro, não acredito que outros membros do Executivo, particularmente o Dr. Élio Maia apoie aquilo que fez na qualidade de Presidente da Assembleia do PSD/Aveiro. É que quando o vi tão zangado comigo, quis logo pedir desculpas pessoalmente para aplacar a sua ira e procurei imediatamente encontrar não o Vice-Presidente da Câmara, mas o Presidente da Assembleia do PSD/Aveiro. E, porque não sabia onde eram as instalações dessa assembleia, no dia em que foi publicada a notícia pedi...

Presidente da Mesa: [058](#)

“Senhor deputado, se não conclui imediatamente tenho de lhe retirar a palavra. O Senhor já vai...há cedências de tempo acho ótimo. A Mesa admite, mas mesmo com os tempos cedidos o Senhor já excedeu o seu tempo há muito tempo.”

Vogal Raúl Martins (PS): [058](#)

“Acredite que não gasto mais do que uns segundos, Senhora Presidente. Obrigado. Como me interrompeu, já agora repetia esta pequena frase que é para ver se faz sentido...”

Presidente da Mesa: [058](#)

“Desculpe Senhor deputado, mas o Senhor está numa atitude de provocação à Mesa. O Senhor deputado vai repetir uma frase que já proferiu. O Senhor deputado conclua se faz favor sobre pena da Mesa retirar a palavra.”

Vogal Raúl Martins (PS): [058](#)

“Estava eu a dizer, que procurei exactamente não encontrar não o Vice-Presidente da Câmara mas o Presidente da Assembleia do PSD/Aveiro. E porque não sabia onde eram as instalações dessa assembleia, no dia em que foi publicada a notícia pedi e segui o e-mail que mandou aos jornalistas e que entretanto me foi cedido — e fui dar à antiga fábrica Jerónimo Pereira Campos. Mas informaram-me que não existe lá qualquer dependência do PSD/Aveiro...”

Presidente da Mesa: [058](#)

“Queira concluir Senhor deputado.”

Vogal Raúl Martins (PS): [058](#)

“Sim Senhora Presidente é o último parágrafo.”

Presidente da Mesa: [058](#)

“Não é parágrafo é frase.”

Vogal Raúl Martins (PS): [058](#)

“A última frase. Informaram-me que não existia lá nenhuma dependência donde pudesse ter sido emitido o tal e-mail do Presidente da Assembleia do PSD/Aveiro. Depreendo, portanto, que saiu do seu gabinete de Vice-Presidente da Câmara. E porque o conheço não acredito...”

Presidente da Mesa: [058](#)

“Senhor deputado a Mesa retirou-lhe a palavra.”

De seguida a Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a fim de reunir com os líderes dos grupos municipais.

Retomados os trabalhos, pediu a palavra o líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista para, nos termos regimentais, pedir a interrupção dos trabalhos.

Reiniciados os trabalhos usou da palavra a Presidente da Mesa.

Presidente da Mesa ⁰⁶⁰

“Em nome da Mesa peço desculpa pela interrupção dos trabalhos. O líder do Grupo Municipal do PS acabou de me informar que o Senhor Deputado Raúl Martins vai apresentar à Mesa e a todos senhores deputados, bem como ao excelentíssimo público a sua retratação sobre o incidente que criou há pouco.”

Vogal Raúl Martins (PS): ⁰⁶⁰

“Eu gostaria de lamentar e pedir desculpa à Assembleia e à Senhora Presidente pelo incidente anómalo, que no entusiasmo da discussão e da liberdade de expressão política inadvertidamente e involuntariamente provoqueei.”

Presidente da Mesa ⁰⁶⁰

“A Mesa aceita a retratação e o pedido de desculpas.”

Continuando, usaram da palavra ainda os seguintes vogais.

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶³

“Eu não vou prescindir da palavra. Se calhar as pessoas mudaram de ideias perante uma intervenção que foi bastante interessante, a meu ver, para o município. E que desdramatizou uma questão muito importante que foi o relatório do IGF e que deu brado nos jornais de Aveiro.

Mas a minha intervenção era mais sucinta e sobre um caso específico em concreto. Foi abordado por uma munícipe que foi protagonista de uma história que chegou aos jornais, pelo menos ao Diário de Aveiro, sobre uma rotunda no Glicínias. Uma rotunda que não é rotunda! Foi informada pela mesma munícipe que, entregou cópia da carta enviada para ser entregue aos deputados da oposição na Assembleia Municipal e não nos chegou à mão essa cópia.

Foi informado pela munícipe que entregou uma exposição dirigida ao Senhor Presidente e que até tive a oportunidade de ver a resposta que o Senhor Presidente lhe dirigiu. Mas a questão também é simples, não vamos dramatizar, até porque nem sequer é uma questão política.

Muito sinceramente trata-se mais de uma questão técnica. Eu gostaria que a actual Câmara tivesse a preocupação e a sensibilidade para, embora não intervindo no que são as funções da PSP, ter alguma preocupação para sensibilizar a PSP no sentido de não se colocarem naquela rotunda com o fito com que se têm colocado.

É uma rotunda que não é propriamente uma rotunda nos termos da lei e do código da estrada e, portanto, as contra ordenações poderão ser impugnadas em Tribunal. Mas parece-me a mim que é completamente abusivo e sugeria mesmo à autarquia que procurasse desenvolver qualquer solução, com alguma urgência, porque de facto quem conhecer o local e acompanhou a notícia verifica que é uma rotunda completamente fora do eixo da via, que o cidadão não se apercebe. Bem sei que lá está o sinal de rotunda que foi colocado lá há pouco tempo. Isso só por si faz com que a PSP tenha toda a legitimidade para proceder à contra ordenação e autuação dos cidadãos, mas parece-me a mim que será um problema de fácil resolução.

Não é seguramente responsabilidade política, nem deste executivo nem de qualquer Presidente de Câmara, aquela rotunda teve de certeza o parecer de um técnico municipal para estar ali — e não pode ser. Não pode ser!

Há que chamar à atenção, porque depois acaba o Senhor Presidente da Câmara a ser responsabilizado. As críticas que lhe faço a si são para serem feitas sobre todas as atitudes

políticas e cá estarei para criticar e para lhe dizer que não deveria ter actuado assim, mas tudo o que é da responsabilidade técnica, que é o caso, não é justo imputar-lhe a si. Mas o que já pode ser imputável ou não é o Senhor Presidente não chamar à atenção dos seus técnicos para pareceres que o colocam em situações difíceis, sendo, como é o caso, o alvo político desta minha intervenção. Disse.”

Presidente da Mesa: ⁰⁶⁴

“Senhor deputado, a Mesa quer recordar que no período de apresentação da correspondência referiu a carta da munícipe, dando conta inclusivamente do nome da munícipe e da situação da rotunda onde ela foi autuada. E a Mesa recomendou à Câmara para, no seguimento da leitura sucinta desta carta da munícipe, que revisse esta situação e tomasse as medidas necessárias porque parece notoriamente e manifestamente uma situação anómala.”

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP): ⁰⁶⁵

“Para um esclarecimento. Sr. Deputado, não querendo interpretar mal as suas palavras e tendo em conta a sua experiência como deputado municipal, mas esclareça-me: terei ouvido bem que V.Exa. terá pedido ao Senhor Presidente da Câmara que sensibilize a PSP quanto ao fito de se colocar na rotunda para não cobrar multas? Desculpe lá “não cobra multas” (vindo de quem vem), o Sr. deputado é um ilustre Advogado desta comarca, não sei que fundamento legal é que encontra para fazer um pedido desses.”

Vogal Pires da Rosa (PS): ⁰⁶⁶

“Já agora, se me permitia um reparo: sei que a Mesa na pessoa da Senhora Presidente inclusive até acusou a recepção enviando uma carta ao munícipe; talvez de futuro sugeria-lhe que também se aproveite para informar um direito que os cidadãos têm mas que às vezes desconhecem, de que é necessária a inscrição prévia para intervir. Digo-lhe isto porque a munícipe não sabia que seria necessário inscrever-se e ficou com a sensação de estaria inscrita automaticamente e não estava. Enfim, todos nós devemos conhecer os direitos. Quanto ao esclarecimento. O Senhor deputado falta-lhe é bom-senso — não tem nada a ver com uma questão legal. Isto não tem nada a ver com Direito. Eu fiz com as palavras mais suaves que encontrei pedir para sensibilizar a PSP para não fazer a fiscalização excessiva que tem feito, como aliás fazia na rotunda da Policlínica. Porque é necessário ter bom-senso para aplicação da lei. A lei só por si, por existir, não chega, é preciso que seja justa. V.Exa. saberá isso muito melhor que eu. Mas o que é certo, parece-me a mim, indicia claramente uma situação injusta até porque aquilo não é rotunda nenhuma. Ponto final.”

Vogal Jorge Afonso (BE): ⁰⁷⁰

“Senhora Presidente era um pedido de esclarecimento ao Executivo e que está relacionado com estas últimas intervenções. Como, quando, funcionará o Conselho Municipal de Segurança? Obrigado.”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷¹

“Muito obrigado Senhora Presidente. Não vou falar de polícias, mas vou falar de uma zona que penso que é cara a todos os Aveirenses, até pela possibilidade que dá a todos de fazer exercício físico sem grandes custos.

É uma zona bonita, é uma zona da Beira-mar, é realmente uma zona muito bem integrada. Acontece, porém, que há já largos meses que me vem dizendo — e sei que já deram conhecimento à Câmara, de que a partir de certa altura daquele longo passeio, mais concretamente depois daquela ponte em frente ao Salpoente, as luzes a certa altura estão

completamente às escuras. E depois de uma casinha que existe lá, não se pode andar dali para a frente a não ser em grandes grupos. Penso deverá a Câmara tomar cuidado com esta situação uma vez que aquilo propicia todo género de agrupamentos e outras coisas mais.

Depois gostaria de falar da Rua Homem Cristo Filho, atrás do Governo Civil. Na zona já a descer há uma parte que é ainda em empedrado. Eu sugeria que aquilo fosse substituído por alcatrão uma vez que aquilo é uma zona em que as casas estão também em declive, mas são habitadas por pessoas com muita idade e que têm tido grandes problemas, porque umas partem uma perna outras partem um braço.

Gostaria também de falar sobre as árvores que se encontram na Rua Sebastião Magalhães Lima, que estão muito crescidas, têm ramos muito grandes, foram colocadas que estando tão perto e tendo crescido imenso tapam os candeeiros tornando-se uma zona muito escura. Os habitantes também já deram conhecimento à Câmara. Por outro lado as raízes são muito superficiais, levantam o empedrado, causam problemas também às pessoas que andam por lá a passear e a intervenção só nas copas não vai resolver problema nenhum porque aquela intervenção passa pelas próprias raízes. Era tudo.”

Vogal Carlos Martins (CDS/PP)⁰⁷²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷³

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Gostaria de referir o facto de D. António Marcelino ir deixar brevemente de ser Bispo de Aveiro; actualmente na qualidade de administrador apostólico, numa fase de transição para a entrada de D. António Francisco dos Santos, que passará a ser Bispo de Aveiro a partir de 8 de Dezembro de 2006. Gostaria de fazer referência nesta Assembleia e gostaria de dizer que foi marcante a passagem de D. António Marcelino por Aveiro. Pelas posições que assumiu, pela inquietude que sempre mostrou e desinquietando-nos para problemas sociais que vivemos na nossa sociedade. Por isso tudo gostaria de realçar a passagem de D. António Marcelino por Aveiro.

Em relação à vinda de D. António Francisco dos Santos, natural de Cinfães, actualmente na Diocese de Lamego e agora Bispo de Aveiro, gostava desde já transmitir também uma palavra de acolhimento pela sua vinda para Aveiro. Um homem que vem já com reconhecimento da Cidade de Lamego que lhe atribuiu a Medalha de Ouro da Cidade, e o título de Cidadão Honorário. Uma pessoa com muitas referências e que temos a certeza que irá continuar um excelente trabalho na Diocese de Aveiro.

Também gostaria de referir a conclusão da A25 no próximo Sábado, com honras de visita do nosso Primeiro-Ministro. É uma estrada que vitimou muita gente enquanto IP5. É uma estrada que vai colocar Aveiro mais próximo da Europa. E gostaria de referir a este propósito, ainda bem que a auto-estrada está concluída, em termos de mobilidade de Aveiro é óptimo, no entanto outros desafios ainda se colocam. Por isso, regozijando-me por a A25 estar finalmente concluída há no entanto muito trabalho e muitas reivindicações que nós em Aveiro temos de fazer, nomeadamente a estrada Aveiro/Águeda ou mesmo uma estrada dique Aveiro/Murtosa ou a ansiada estrada Aveiro/São Jacinto.

Uma última referência vai para um assunto que eu esperava fosse trazido aqui pela Dr.ª Ana Maria Seiça Neves, que é o possível encerramento da Polícia Judiciária. O facto da nossa colega não se ter referido a este assunto vem pelo menos descansar-me, porque pode ter sido realmente uma notícia sem fundamento aquela que nos vieram dar de que a Polícia Judiciária iria fechar.

Mas fiquei preocupado, porque às vezes fico sem saber para que é que serve. Realmente deve ser frustrante fazer tanta investigação judiciária e depois atendendo à não funcionalidade dos Tribunais vejo que muitas vezes não funcionam e vejo que aqueles que cometem alguns delitos que diligentemente são tratados pela Judiciária, realmente são inconsequentes. E fiquei

preocupado porque o Governo como esta em poupanças, pensei que uma das acções era encerra-se a Judiciária em Aveiro. Eram estes os assuntos que trazia aqui. Muito obrigado.

Vogal João Pedroso (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [074](#)

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Ao aceitar vir para esta Assembleia foi com o intuito de discutir política frontal, com lealdade e se possível às vezes quando o entusiasmo o permite talvez exceder. Uma coisa eu quero garantir a todos membros desta Assembleia: enquanto aqui estiver no meu modesto contributo, meu, nenhuma intervenção de deputado de qualquer bancada será ignorada. Tudo servirá para eu fazer a minha intervenção, para eu discordar, seja da Assembleia, seja da Mesa. Por isso nada democraticamente será ignorado na minha participação nesta Assembleia — primeiro ponto.

Segundo ponto. O debate político não pode ser desonesto. Quero dizer a todos os jornalistas que aqui estão e ao público: não há relatório da IGF. É que não há! Haverá relatório do IGF (e convido todos porque são publicados no site do Tribunal de Contas) quando houver o contraditório, quando lá estiver o relatório, a posição da Câmara, a posição do anterior Presidente e a posição de todas as pessoas citadas no relatório.

Até agora, há manipulação do debate. E por isso, todos os que escreveram artigos sobre o relatório do IGF estão a falsear o que existe na realidade. É mentira! Convido todos os presentes a ler o relatório no site do Tribunal de Contas quando ele for definitivo para aí sim fazer-se a verdadeira análise da situação da Câmara.

Há ainda uma segunda desonestidade quando se fazem intervenções sobre a dívida. Eu vim cá para discutir política e aprendi com o Presidente Sampaio que há mais vida para além da dívida. Aprendi com o Presidente Cavaco Silva (e só faço uma intervenção política porque de finanças sei apenas gerir o meu quotidiano) que há boa e má moeda. Toda a gente se lembra ao que ele se referia. Aprendi com Keynes que a única forma de as sociedades se desenvolverem é através da despesa. Despesa que melhora a vida em comunidade, despesa em desenvolvimento, e por isso quando se quiser discutir a dívida nesta Câmara, discute-se se há má despesa; concretamente e caso a caso; porque discutir se há despesa é medíocre é neutro, não tem sentido. O que está em questão é: houve ou não má despesa no passado? O que é que foi boa ou o que é que foi má despesa. Não estava cá na Assembleia, admito possa haver más despesas pontuais. Mas o que é importante, se alguém aqui discutir politicamente falando na despesa sem falar nos activos e sem falar em que é que o dinheiro foi aplicado, está a cometer uma desonestidade política. E por isso, cá estarei sempre para dar a minha opinião que poderá estar errada, mas que será dita com esta expressão, com esta veemência, para que nenhum comentário de nenhum deputado, para que nenhuma intervenção, seja ignorada.”

Presidente da Mesa: [075](#)

“Senhor deputado, o Senhor está aqui para discutir política e para discutir política em favor dos Aveirenses. Não está seguramente para desrespeitar o órgão representativo dos Aveirenses. A sua atitude tem sido essa de respeito pelo órgão mais representativo dos Aveirenses que é esta Assembleia Municipal. A Mesa não é composta pela cidadã Regina Maria, nem os cidadãos Celso Santos, nem Manuel Prior. Nós aqui estamos investidos de poderes que nos foram conferidos quer pelos Aveirenses quer pelos nossos pares, não nos representamos a cada um de nós. Estamos aqui para fazer política de forma séria, de forma regrada e de forma respeitosa e quando isso não acontece, não é cada um de nós quer elementos da Mesa quer elementos desta Assembleia, que são desrespeitados. O que é desrespeitado é o órgão representativo de todos os Aveirenses. É desrespeitada a mais elementar e sadia compreensão e entendimento da democracia. É desrespeitado, em suma, as liberdades que conquistámos em Abril. Por isso, no ano em que se celebram trinta anos do Poder Autárquico, este órgão

infelizmente tem de lamentar que não se honrou hoje estes ideais. Mas, eu quis, enquanto Presidente da Mesa pôr uma pedra sobre o assunto, aceitando sem comentários e pedindo para que a intervenção e a postura do Senhor deputado que fez a intervenção que levou a que houvesse uma reacção da Mesa à altura da gravidade do incidente fosse ignorado, pela simples e única razão Sr. deputado, de que estamos aqui por valores maiores, estamos aqui para dignificar um órgão; não podemos pactuar com desrespeito à dignidade do órgão. Espero ter ficado muito claro por que é que pedi que se ignorasse a intervenção do Sr. deputado que deu lugar ao incidente. E reitero e assino por baixo o que o Senhor deputado disse a respeito de que estamos aqui para fazer política, mas a forma de fazer política conta e muito.”

Vogal João Pedroso (PS): [075](#)

“Senhora Presidente, está a fazer-me algum reparo?”

Presidente da Mesa: [075](#)

“Exactamente.”

Vogal João Pedroso (PS): [075](#)

“Eu gostava de perceber, não percebi!”

Presidente da Mesa: [075](#)

“Então com todo o respeito, no final, amistosamente falaremos do reparo que acabei de fazer.”

Vogal João Pedroso (PS): [075](#)

“Terei todo o gosto, Senhora Presidente.”

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) [076](#)

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [078](#)

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Espero bem que os minutos me cheguem — e não precise dos três de ninguém.

Sr. Presidente andamos há um ano à volta das contas da Câmara. Das dívidas da Câmara, do passivo da Câmara. Lamento efectivamente, o meu camarada Raúl Martins se ter entusiasmado e ter perdido as estribeiras, mas efectivamente ouvir falar de dívidas os arquitectos, engenheiros, sapateiros, lavradores, trolhas e pedreiros, só faltam falar da dívida os burros e os jericos para a dívida ser uma fábula.

A Câmara até hoje, passado que é um ano da sua tomada de posse não fez nada, rigorosamente nada. Entretêm-se a falar da dívida e a fazer escritos nos jornais sobre a dívida e explora a dívida como se estivesse a fazer um grande mandato. Vai sendo tempo de acabar de falar na dívida. Andam a engodar a bancada do Partido Socialista, a bancada do Partido Comunista e a bancada do Bloco de Esquerda, sempre à volta da dívida. Eu gostava era que elogiassem este Executivo das obras que fazem ou das obras que fizeram até hoje. Isso é que eu gostava de ouvir. A dívida era 220 milhões, depois 200, 180, 160 e parece-me que no fim do relatório da IGF vão ficar todos muito tristes.

Posto isto, Senhora Presidente, quero reportar-me à minha intervenção de Junho passado nesta Assembleia. Alertei a Câmara para o facto de um passeio que existe na rua D. José I na Vera Cruz. A Câmara ou alguém por ela mandatada levantou o passeio e ao repô-lo fez ao contrário, em vez do passeio pôr as águas para a rua põe as águas para o prédio e incomoda dezenas de famílias. O Senhor Eng. Carlos Santos, delicado e atencioso, disse-me que no outro dia estava lá um técnico. E efectivamente falei com o técnico. O técnico chegou lá e viu que era uma obra complicada, que não era só em frente ao prédio mas que teria de levantar o passeio 20 metros.

Vejam, uma pequena obra, que qualquer calceteiro faz, a Câmara ainda não a conseguiu fazer. Queria perguntar se está com intenções de resolver o problema antes do Inverno ou se porventura não o resolve, porque é uma obra complicadíssima de 20 metros, para eu comunicar aos condóminos.”

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁸⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁸¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸²

“Eu tinha uma intervenção política e só política para fazer. Mas ignorando a intervenção do deputado Raúl Martins como foi pedido da Presidente da Mesa e levando em conta o pedido de desculpas do deputado e presidente do Partido Socialista em Aveiro; prescindindo da palavra.”

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) ⁰⁸³

D

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸⁴

“Senhora Presidente, a minha intervenção fundamenta-se no aspecto de ter sido abordado aqui a questão que eu pensava que não iria ser abordada mas dada a pertinência e a importância e o relevo da mesma, vou-me a atrever a dispensar de algum tempo desta Assembleia para referir-me ao assunto a que venho.

Como é sabido no pretérito dia 21 de Setembro do corrente a Diocese de Aveiro recebeu com aclamação a escolha feita por Sua Santidade o Papa Bento XVI do novo Bispo que dirigirá futuramente os destinos da Diocese de Aveiro. Falamos de Sua Reverência D. António Francisco dos Santos, de 58 anos, bispo auxiliar de Braga, que sucederá no próximo dia 8 de Outubro a D. António Marcelino, que entretanto renunciou ao governo pastoral por ter atingido a propecta idade de 76 anos.

Julgamos que este facto a comemorar – duplamente gratificante por respeitar precisamente a dois Homens Ilustríssimos, interessará não só a esta cidade, como também a esta ilustre Assembleia Municipal, enquanto colégio de representantes do povo de Aveiro. Antes de mais, porque se trata do representante mais alto da Igreja em Aveiro e chefe da diocese da capital de distrito, representante da confissão católica que, no passado e no presente, tem servido largamente as suas populações.

Assim, neste momento de consagração pelos seus trinta e um anos de Bispado ao serviço desta região, a tanto não pode este Colégio deixar de ser sensível, ele que, assim como os homens que a constituem, não é só composta - julgamos nós – de corpo, mas de corpo e de alma, E, no n/ caso particular, de alma cristã!

Embora o Estado mantenha em relação à Igreja o regime de separação jurídica, não devemos esquecer que está em nós o sentido da vida plena, do corpo e do espírito (pois a nossa boa ordem material não é senão o reflexo da nossa sã orientação), Julgamos nós que nos podemos regozijar-nos em paz com o facto que aqui assinalamos, na presente hora - celebradamente triste - em que outros países e noutras nações reina uma onda brutal de fanatismo religioso e materialismo pagão que abafam e sufocam necessariamente o influxo dos valores espirituais.

Por se tratar da pessoa veneranda do Eminentíssimo Bispo D. António Marcelino, que toda a diocese e o município conhece e admira devotadamente, É nosso dever celebrar o fim da actividade apostólica de quem, depois de ter sido o orientador amigo e compreensivo, que soube transfundir a sua alma na alma de tantas gerações de aveirenses, e depois de ter sido o mestre consumado na cátedra, donde sempre espargiu a luz da ciência, se revestiu da plenitude do sacerdócio e soube elevar e dignificar durante o seu bispado a pessoa humana nas terras de

Aveiro. Os trinta e um anos desse labor, durante os quais, por várias vezes, brilharam igualmente, nas cintilações da mais irradiante simpatia, as benemerências de representante e embaixador nobilíssimo da alma e do espírito universalista de Portugal, permitem-nos concluir, apenas com a mais inteira verdade e justiça, que o Sr. D. António Marcelino, honra esta cidade e que esta cidade se honra com Sua Eminência. Foram de facto décadas de actividade fecunda ao serviço da elevação espiritual e intelectual da sua diocese e do povo aveirense. Numa época em que os ventos dominantes são de triste materialismo e de baixo egoísmo, em nosso entender, seria consoladora e não menos justa a atribuição que já foi aqui referida, atribuição num futuro imediato - por proposta da Câmara e por voto unânime desta Assembleia Municipal – A distinção de Cidadão Honorífico de Aveiro a D. António Marcelino, por julgarmos que, assim, se renderia condignamente a devida homenagem ante a figura eminente de D. António Marcelino. Tenho dito.”

Presidente da Câmara: [086](#)

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Tentar dar uma nota de boa disposição a uma Assembleia que decorreu hoje assim um pouco sombria, com ar carregado. Eu sinto-me um pouco como o mosquito que entra numa praia de nudistas, um bocado atrapalhado, porque não sei por que lado devo começar a “picar”.

A maior dificuldade, prende-se, com o facto de a quase totalidade dos assuntos se incluírem no âmbito da Comunicação à Assembleia Municipal. Daí que, sobre pena de não duplicarmos o tempo, não duplicarmos os assuntos e também por respeito ao próprio Regimento — e tendo em atenção de que estamos a cento e poucos minutos das três da manhã — responder a duas ou três questões que se incluem no âmbito deste Período de Antes da Ordem do Dia.

Um desses assuntos foi a nomeação por Sua Santidade o Papa Bento XVI de D. António Francisco dos Santos, para Bispo de Aveiro. Este assunto foi já analisado na última reunião de Câmara e nessa reunião decidimos já felicitar o novo prelado e também foi decidido na reunião de Câmara abrir um processo que objectiva vir a reconhecer e a distinguir o trabalho pastoral que D. António Marcelino teve na Diocese de Aveiro. Por isso penso que em breve este assunto virá aqui à Assembleia para se pronunciar sobre essas iniciativas.

Outro assunto tem a ver com a auditoria que é um assunto aqui muito badalado. Como é do conhecimento público (e não nos temos cansado de reafirmar isso, embora estejamos sempre a ouvir o contrário), que fique claro: eu não comento auditoria enquanto não chegar o relatório final. E ninguém me ouviu comentar auditoria, nenhuma! E depois ouço sempre: a Câmara manda artigos para os jornais e o Presidente disse e o outro disse... Não há comentário nenhum da minha parte enquanto não houver relatório final. Por respeito à instituição que servimos e por respeito à própria IGF.

O que nós fizemos e que não foi feito nos últimos anos é que, fizemos chegar à oposição, por uma questão de transparência e de respeito democrático e de ética política, o documento que nos foi apresentado — foi só isso que nós fizemos.

Quanto aos números que são falados por aí, eles estão em boas mãos. Estão nas mãos da IGF. Essa é a entidade que vai chegar a uma conclusão. Portanto tudo o resto que nós podemos fazer é apenas perder tempo.

Quanto às restantes questões, são assuntos que se incluem na Comunicação, depois iremos responder. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa: [087](#)

“A Mesa, a propósito da cessação de funções como Bispo de Aveiro de D. António Marcelino e da nomeação do seu sucessor, gostaria de pedir que todos os Grupos Municipais que se revêem nos valores que D. António Marcelino defendeu, sobretudo para a comunidade, independentemente da religião, pudessem em conjunto elaborar um texto para apresentarmos

enquanto órgão e nesse texto fazer referência ao novo sucessor e desejar-lhe também as maiores felicidades na sua missão aqui em Aveiro.”

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa deu por encerrada esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 02 de Outubro (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 30 de Setembro de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)